

Sumário

Introdução	13
1. Ação anulatória	15
1.1. Noções introdutórias	15
1.1.1. Formas de impugnação da sentença	20
1.1.2. Coisa julgada	29
1.2. Conceito de ação anulatória	37
1.3. Evolução histórica da ação anulatória	45
1.4. Direito comparado	48
2. Cabimento da ação anulatória	53
2.1. Atos atacáveis	53
2.1.1. Atos judiciais que não dependem de sentença	53
2.1.2. Atos judiciais seguidos de “sentença meramente homologatória”	63
2.2. Fundamentos invocáveis	69
2.3. Nulidades do direito material como fundamento da ação anulatória	73
2.4. Defeitos dos negócios jurídicos como fundamento da ação anulatória	79
2.4.1. Erro	81
2.4.2. Dolo	83
2.4.3. Coação	86
2.4.4. Estado de perigo	87
2.4.5. Lesão	89
2.4.6. Fraude contra credores	90
2.4.7. Simulação	92
2.4.8. Reserva mental	94
3. Aspectos processuais e procedimentais	97
3.1. Legitimidade	97
3.2. Prazo	98
3.3. Competência	100
3.4. Efeitos da propositura	102
3.5. Procedimento	103
3.6. Instrução probatória	105
3.7. Sentença e efeitos	105
3.8. Recursos	107
4. Institutos afins	109
4.1. Da ação rescisória	109
4.2. Da <i>querrela nullitatis</i>	124

5. Casuística	139
5.1. Confissão, desistência, transação, reconhecimento jurídico do pedido e renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação	139
5.2. Sentença de partilha em inventário	176
5.3. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária	184
5.4. Adjudicação, arrematação, alienação por iniciativa particular e a sentença do artigo 794 do CPC	192
5.5. Homologação de sentença estrangeira	202
5.6. Processo cautelar	203
5.7. Decisões proferidas em processos de falência	206
5.8. Justiça do Trabalho	207
5.9. Juizados Especiais	212
Conclusões principais	219
Referências	225